

Valor Adicionado das atividades turísticas no Rio Grande do Sul: uma análise usando o método diferencial-estrutural modificado (2010-21)

Tomás Amaral Torezani¹  | Fernando Ioannides Lopes da Cruz² 

¹ Analista Pesquisador em Economia da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul. Doutor em Economia pela UFRGS. E-mail: tomas_torezani@hotmail.com

² Analista Pesquisador em Economia da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul. Doutor em Economia pela UFRGS. E-mail: fernando-cruz@spgg.rs.gov.br

RESUMO

Analisa-se a dinâmica das atividades turísticas no Rio Grande do Sul por meio de um novo indicador de Valor Adicionado (VA) através do método *shift-share* de Esteban-Marquillas. Decompõe-se o crescimento do VA municipal entre 2010 e 2021 e nos subperíodos 2010-19 e 2019-21 diante dos efeitos da pandemia de Covid-19. O estudo se destaca por adotar abordagem distinta da literatura nacional, que geralmente se baseia apenas no emprego formal, ao incluir a atividade de segundas residências como fenômeno turístico e utilizar deflatores setoriais do Sistema de Contas Regionais. Os resultados mostram que: (i) a atividade turística se contraiu no acumulado do período quando mensurada tanto pelo emprego quanto pelo VA a preços constantes; (ii) o VA apresentou maior volatilidade do que o emprego formal; (iii) a categorização dos municípios variou conforme a atividade turística; e (iv) a atividade de segundas residências mostrou maior consistência na classificação dos subperíodos analisados.

PALAVRAS-CHAVE

Atividades turísticas, Valor adicionado, Rio Grande do Sul

Value Added of tourism activities in Rio Grande do Sul: an analysis using the modified shift-share method (2010–2021)

ABSTRACT

The dynamics of tourism activities in Rio Grande do Sul are analyzed using a new Gross Value Added (GVA) indicator through the Esteban-Marquillas *shift-share* method. The growth of municipal GVA is decomposed for the period 2010–2021 and in the subperiods 2010–19 and 2019–21 in light of the effects of the Covid-19 pandemic. The study stands out by adopting an approach distinct from most national literature, which generally relies only on formal employment, by including second homes as a tourism phenomenon, and by using sectoral deflators from the Regional Accounts System. The results show that: (i) tourism activity contracted over the period when measured by both employment and constant-price GVA; (ii) GVA exhibited greater volatility than formal employment; (iii) municipal categorization varied according to the type of tourism activity; and (iv) second-home activity demonstrated greater consistency across the subperiods analyzed.

KEYWORDS

Tourism Activities, Value Added, Rio Grande do Sul

CLASSIFICAÇÃO JEL

Z32, L83, R11, R12

1. Introdução

Nas últimas décadas, segundo dados da agência especializada da Organização das Nações Unidas denominada ONU Turismo – anteriormente UNWTO – (UNWTO, 2023), o turismo consolidou-se como uma das cadeias produtivas mais dinâmicas da economia mundial. Em 2019, ano imediatamente anterior à pandemia de Covid-19, o segmento representou uma parcela importante da atividade econômica global (cerca de 4% do PIB mundial) e atingiu níveis historicamente elevados de mobilidade internacional, demonstrando sua importância como fonte de divisas, emprego e renda para economias de diferentes níveis de desenvolvimento. Além da sua relevância econômica, o turismo está associado a oportunidades para segmentos com menor inserção no mercado de trabalho e para micro e pequenas empresas, com potenciais efeitos sobre inclusão produtiva, desenvolvimento local, bem como, de forma direta e indireta, capacidade de impactar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UNWTO, 2023).

Apesar dessa centralidade do turismo enquanto vetor de desenvolvimento econômico e social, sua mensuração impõe grandes desafios, pois trata-se de um fenômeno definido pelo lado da demanda – isto é, pela atividade dos turistas e de seus impactos na aquisição de bens e serviços –, e não por uma única atividade econômica. Como sintetiza a ONU Turismo (UNWTO, 2010a, p. 9), “[...] o turismo é um fenômeno para o qual a representação estatística tem seus desafios particulares devido à sua natureza especial”. Esses desafios aumentam em recortes subnacionais, em que a disponibilidade de dados é mais limitada e a desagregação necessária para identificar atividades turísticas com precisão nem sempre está disponível.

No Brasil, estudos empíricos sobre turismo em nível nacional e, sobretudo, subnacional têm recorrido a diferentes metodologias para a análise do segmento, tais como análises de *clusters* (Santos et al., 2018), modelos de equilíbrio geral computável (Viana et al., 2014), modelos econométricos espaciais (Ribeiro et al., 2018), modelos de insumo-produto (Ribeiro et al., 2017, 2021a, 2023; Santos et al., 2024; Oliveira et al., 2025) e variações da metodologia diferencial-estrutural *shift-share* (Ribeiro e Andrade, 2015; Viana et al., 2020; Ribeiro et al., 2021b; Melo e Marini, 2022; Braga e Paula, 2024).

Neste último caso, predominam estudos que utilizam a variável emprego formal da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A principal vantagem da RAIS reside na disponibilidade de diversas variáveis com ampla desagregação setorial, ocupacional e geográfica. Entretanto, por se restringir ao mercado formal, seu uso pode enviesar diagnósticos quando a informalidade é elevada, justamente o caso do turismo. Segundo o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo (SIMT), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025), as ocupações informais representavam 51,2% das ocupações totais do turismo brasileiro em 2019 (tendo atingido 58,7% em 2006, no primeiro ano de monitoramento). Essa

proporção varia de forma expressiva entre atividades (maior em alimentação e cultura e/ou lazer, em oposição ao transporte aéreo, por exemplo) e regiões (maior nas Regiões Norte e Nordeste, na comparação com as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e supera a informalidade média da economia.

Nesse contexto, uma métrica mais adequada para mensurar e analisar o desempenho econômico do turismo consiste no Valor Adicionado (VA), um agregado do Sistema de Contas Nacionais que expressa a renda gerada pelas atividades econômicas e permite mensurar sua participação no Produto Interno Bruto (PIB)¹. Além do tema da informalidade, o VA é mais adequado como medida de atividade econômica por refletir o valor gerado no processo produtivo, enquanto o emprego mede apenas a utilização do fator trabalho. Assim, por exemplo, ganhos de produtividade podem elevar o VA mesmo com emprego estável (ou até decrescente), dinâmica que não é captada através de informações sobre vínculos trabalhistas. Adicionalmente, o VA permite captar mudanças nos preços relativos, na composição do produto e no modo de produzir (incluindo variações na intensidade de capital e na estrutura de insumos intermediários). Contudo, como o PIB dos Municípios é divulgado pelo IBGE apenas em valores nominais, comparações intertemporais exigem procedimentos de deflação setorial.

Ademais, a mensuração do VA do turismo no Brasil ainda é incipiente. A primeira iniciativa foi do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) para o Brasil, com dados para o período 2003-09. Em termos subnacionais, a primeira contribuição foi da Fundação de Economia e Estatística para o Rio Grande do Sul (FEE, 2016), com dados apenas para o ano de 2013. Posteriormente, ainda no âmbito das instituições estaduais de pesquisa, o indicador foi estimado em Minas Gerais (FJP, 2017), na Bahia (SEI, 2021) e no Paraná (IPARDES, 2024). Em comum, os indicadores são produzidos exclusivamente por instituições conveniadas ao Sistema de Contas Regionais (SCR) do IBGE, com núcleos semelhantes de atividades e diferenças na seleção e delimitação do que é considerado “turístico”.

O mais recente indicador estadual de Valor Adicionado das atividades turísticas foi elaborado em 2025 pelo Departamento de Economia e Estatística, vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul (DEE/SPGG-RS), com dados municipais para o período 2010-21² (Torezani, 2025), compatível com o Sistema de Contas Regionais e alinhado a recomendações internacionais e boas práticas de estatísticas do turismo. Além de identificar com maior rigor as atividades entendidas como turísticas (no nível subclasses da CNAE), esse indicador mensura de forma pioneira a contribuição econômica da atividade de segundas residências – residências não habituais com relevância para a realidade turística gaú-

¹O PIB consiste, pela ótica da produção, no Valor Adicionado das atividades, acrescido dos impostos líquidos de subsídios sobre produtos. O Valor Adicionado consiste no valor que a atividade agrega aos bens e aos serviços consumidos no seu processo produtivo, sendo também entendido como uma medida da renda gerada no processo que remunera os fatores de produção.

²Os dados anuais do SCR são divulgados pelo IBGE com dois anos de defasagem. Em 2024, com dados referentes a 2022, não houve divulgação do PIB dos Municípios, apenas dos PIBs estaduais.

cha³ –, dimensão frequentemente negligenciada na análise econômica do turismo.

À luz desse avanço de mensuração, permanece uma lacuna na literatura econômica aplicada: embora existam (poucos) estudos que usem o método *shift-share* para analisar o turismo no Brasil, eles normalmente utilizam a variável emprego formal e, pelo que se sabe, não há aplicações voltadas especificamente ao Rio Grande do Sul; adicionalmente, também não se tem conhecimento de aplicações do *shift-share* com dados de Valor Adicionado das atividades turísticas no Brasil. Nesse contexto, de forma a preencher essa lacuna, o objetivo deste artigo consiste em aplicar a decomposição diferencial-estrutural modificada de Esteban-Marquillas ao VA das atividades turísticas dos municípios do Rio Grande do Sul entre 2010 e 2021 (e em subperíodos).

Para tanto, é necessário um procedimento metodológico essencial, qual seja; o deflacionamento das séries. O PIB municipal é divulgado pelo IBGE apenas a preços correntes, ou seja, sem séries em volume ou deflatores no nível municipal, o que inviabiliza comparações intertemporais em termos reais. Para contornar essa limitação, foram calculados deflatores setoriais a partir do SCR, na máxima desagregação setorial possível, e aplicados ao VA de cada atividade turística, viabilizando comparações ao longo de 2010-21 em valores constantes.

O presente artigo contribui para a literatura de turismo no Brasil, sobretudo no que se refere ao Rio Grande do Sul, de diversas formas. Primeiro, emprega, de forma pioneira, uma nova métrica municipal de Valor Adicionado de atividades turísticas no contexto da análise *shift-share*, constituindo-se em um avanço metodológico relevante para a literatura. Segundo, incorpora a dimensão de segundas residências, atividade turística pouco explorada e dificilmente mensurada na literatura empírica brasileira. Terceiro, ao que se sabe, constitui-se como o primeiro trabalho a aplicar o *shift-share* para diferentes atividades turísticas com foco no Rio Grande do Sul. Por último, inclui os anos de 2020 e 2021, marcados pela pandemia de Covid-19, permitindo qualificar a compreensão dos choques e da heterogeneidade espacial dos impactos sobre o turismo gaúcho. Neste particular, como destacam Oliveira et al. (2025), enquanto serviço não essencial, o segmento foi o mais atingido tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda.

Além desta Introdução, o artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 discute aspectos conceituais do turismo; a seção 3 revisa estudos que aplicam a metodologia diferencial-estrutural, com ênfase no turismo; a seção 4 apresenta a metodologia; a seção 5 descreve a base de dados e detalha o procedimento de construção

³Essa relevância no contexto do Rio Grande do Sul decorre, conforme destaca Torezani (2025), de uma combinação de características geográficas, urbanas e socioeconômicas: capital não litorânea, porém relativamente próxima ao mar; expressiva população flutuante no Litoral Norte durante o verão; forte expansão imobiliária nessa região nos últimos anos; uso crescente das segundas residências além do período de veraneio; e, em alguns municípios, a presença de segundas residências supera a oferta hoteleira. Adicionalmente, segundo dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), seis dos dez municípios com maior percentual de domicílios de uso ocasional estão localizados no Rio Grande do Sul, incluindo os quatro primeiros colocados. Em Arroio do Sal, que lidera o *ranking*, esse percentual chega a 72,1%.

dos deflatores setoriais; a seção 6 traz estatísticas descritivas do indicador; a seção 7 discute os resultados encontrados; por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2. Aspectos conceituais do turismo e implicações para mensuração⁴

De acordo com a ONU Turismo (UNWTO, 2010a, p. 1), o turismo consiste em um “fenômeno social, cultural e econômico relacionado ao movimento de pessoas para lugares fora de seu local de residência habitual”. Em termos econômicos, o turismo é definido como “as atividades de pessoas identificadas como visitantes”, ao passo que essas atividades “[...] representam as ações e os comportamentos das pessoas na preparação para e durante uma viagem na qualidade de consumidores”. Por sua vez, um visitante “[...] é um viajante que faz uma viagem para um destino principal fora de seu ambiente habitual, por um período inferior a um ano, para qualquer propósito principal (negócios, lazer ou outro propósito pessoal) que não seja ser empregado por uma entidade residente no país ou local visitado” (p. 10), isto é, que não seja para o exercício de uma atividade remunerada.

Uma implicação central dessa definição é que o turismo consiste, essencialmente, em um fenômeno do lado da demanda, ou seja, sua contribuição econômica deveria, idealmente, ser mensurada a partir das atividades dos visitantes e de seus impactos sobre a aquisição de bens e serviços (UNWTO, 2010a). Entretanto, na prática, é difícil identificar, acompanhar e operacionalizar a mensuração das despesas e os padrões de consumo dos visitantes a partir das bases de dados disponíveis, desafio que se torna ainda maior na ausência de uma Conta Satélite do Turismo e quanto menor for o nível geográfico analisado.

Por outro lado, a contribuição econômica do turismo também pode ser mensurada pelo lado da oferta, com o turismo sendo entendido como “[...] um conjunto de atividades produtivas que atendem principalmente aos visitantes ou para as quais uma parcela importante de sua produção principal é consumida pelos visitantes” (UNWTO, 2010a, p. 2). Assim, o foco recai nas atividades produtivas que fornecem diretamente os bens e serviços tipicamente adquiridos pelos visitantes. Ao admitir o turismo não apenas pelo lado da demanda, mas também pelo lado da oferta, a ONU Turismo (UNWTO, 2010a) reconhece o *status* do turismo como um setor econômico, o que permite identificar o seu efeito na economia. Dessa forma, é possível mensurar a atividade turística de uma localidade através, entre outras métricas, do Valor Adicionado no âmbito do Sistema de Contas Nacionais.

Operacionalmente, a abordagem pelo lado da oferta exige delimitar o conjunto de

⁴Para uma discussão mais profunda sobre os aspectos conceituais do turismo tratados aqui de forma breve, ver Torezani (2025).

atividades cuja produção é diretamente associada ao consumo de visitantes. Para tanto, a ONU Turismo propõe uma classificação de bens e serviços ligados ao turismo e critérios para identificar aqueles com participação relevante na demanda turística e/ou cuja oferta é significativamente consumida por visitantes (UNWTO, 2010a). Nesses casos, as atividades que tipicamente geram esses bens e serviços são denominadas Atividades Características do Turismo (ACTs).

Essa discussão metodológica e conceitual orienta a escolha da métrica empírica adotada neste artigo. Em estudos empíricos no Brasil, é comum dimensionar a atividade turística através do emprego formal via RAIS, dada a disponibilidade e a desagregação dos dados. Contudo, essa variável pode ser inadequada quando a informalidade é elevada e heterogênea entre atividades e regiões, além de não capturar diretamente a dimensão de renda/produção e a intensidade da utilização do fator trabalho. Diante das limitações de mensuração direta em nível municipal, trata-se o turismo pela ótica da oferta, por meio das ACTs, e analisa-se sua dinâmica econômica a partir do VA, agregado diretamente associado ao PIB e, portanto, mais qualificado ao objetivo de mensurar a magnitude econômica do turismo. Essas definições e escolhas fundamentam a base de dados e os procedimentos metodológicos apresentados nas seções seguintes.

3. Breve revisão de estudos com metodologia *shift-share*

Uma das técnicas mais tradicionais e simples utilizadas em análises econômicas regionais para se estudar os padrões de especialização e crescimento setorial é a decomposição diferencial-estrutural, ou *shift-share*. O método permite descrever o crescimento de determinado indicador de atividade econômica de uma região, levando em consideração a dinâmica de sua estrutura produtiva em relação à de uma região de referência.

Contudo, não se trata de um método de explicação causal, mas apenas de decomposição do crescimento, com caráter descritivo. Apesar disso, é possível encontrar suporte nas teorias de localização para leitura dos resultados da decomposição, em particular nas de especialização – ou MAR, acrônimo dos autores Marshall, Arrow e Romer –, de urbanização e de diversificação (Glaeser et al., 1992). Essas teorias sustentam que externalidades decorrentes de efeitos de transbordamento – através de mecanismos como imitação ou movimentação de trabalhadores qualificados entre empresas – podem explicar o padrão espacial de distribuição das firmas. Externalidades entre empresas de uma mesma indústria ou setor tendem a induzir a especialização, ao passo que externalidades predominantes entre firmas de setores diferentes favorecem a diversificação produtiva de uma região.⁵ Erkuş-Öztürk e Terhorst (2018),

⁵Essas e outras teorias foram utilizadas para compreender o padrão de espacialização de atividades turísticas específicas, como nos casos de serviços de hospedagem (Yang et al., 2012; Valenzuela-Ortiz et al., 2025), alimentação (Mun et al., 2026; Enthoven e Brouwer, 2020), comércio varejista (Forbes, 1972; Brown, 1993; Han et al., 2019), segundas residências (Hall, 2014; Yang et al., 2024). Na literatura brasileira, Ribeiro et al. (2018) estão entre dos primeiros a reportar a influência de externalidades no

por exemplo, utilizam esse referencial para interpretação da análise *shift-share* do turismo de Antália, na Turquia.

A *rationale* da decomposição *shift-share* baseia-se na premissa de que as diferentes sub-regiões de uma região possuem idiossincrasias, de modo que os movimentos observados da variável de análise em nível estadual, por exemplo, não são replicados igualmente no nível municipal. Da mesma forma, regiões com estruturas produtivas similares não necessariamente apresentam a mesma dinâmica econômica (Selting e Loveridge, 1992).

Diversos estudos aplicaram metodologias *shift-share* para investigar a dinâmica da economia gaúcha – seja de forma específica, seja também considerando outras unidades da Federação –, tanto em múltiplos setores simultaneamente (Souza e Souza, 2004; Hersen e Lima, 2011; Fachinelli e Sesso Filho, 2013; Morrone, 2015) quanto em análises de setores específicos, por exemplo, o agrícola (Alves, 2005) e a indústria de transformação (Torres et al., 2013). Contudo, no que tange ao setor de turismo, ainda existe uma lacuna relevante na literatura com aplicação dessa metodologia.

Quando disponíveis, as evidências para o estado são obtidas dentro do contexto nacional e com uso de dados de emprego formal da RAIS. Por exemplo, (Ribeiro et al., 2021b) utilizaram dados de emprego formal no período de 2012 a 2019 para estudar as atividades características do turismo (ACTs) nos estados brasileiros, com o uso de métodos empíricos tradicionais de análise regional, em particular o de coeficientes locacionais (QL) e o método *shift-share* modificado de Esteban-Marquillas. O estudo mostra alguns resultados marcantes para o Rio Grande do Sul: o estado apresentou desvantagens competitivas, porém especialização nas atividades de alimentação e cultura e lazer; vantagem competitiva e especialização nas atividades alojamento, transporte terrestre e agência de viagem; desvantagem competitiva e não especialização no transporte aquaviário; e vantagem competitiva e não especialização em transporte aéreo e aluguel de transporte. De forma secundária, para efeitos de ilustração do impacto da Pandemia de 2020 sobre a atividade turística, o estudo indica a forte queda das atividades turísticas ocorrida em 2020, registrada através do índice de atividades turísticas (*Iatur*) do IBGE. No entanto, não foi realizada análise *shift-share* sobre esse indicador.

De maneira similar, Ribeiro e Andrade (2015) realizaram análise de clusters para estudar regiões com similaridades dos serviços turísticos e usaram a versão *shift-share* de Esteban-Marquillas para identificar regiões com características de competitividade, especialização e dinamismo no emprego formal. A análise foi aplicada para as mesorregiões brasileiras entre 2006 e 2011. Os resultados apontam que apenas 6,6% das mesorregiões tinham classificação dinâmica e competitiva com efeito alocação positivo. No que tange ao Rio Grande do Sul, o estudo classifica a mesorregião metropolitana de Porto Alegre com desvantagens competitivas com especialização, en-

segmento turístico do país.

quanto as demais apresentaram desvantagens competitivas, sem especialização.

A análise *shift-share* continua sendo amplamente explorada na literatura internacional sobre turismo, seja em modelos mais simples (Erkuş-Öztürk e Terhorst, 2018), seja com variantes mais aprimoradas (Firgo e Fritz, 2017; Costantino et al., 2021). Entretanto, para o Brasil, os estudos são mais escassos. Sobral et al. (2007) utilizaram o *shift-share* na versão de Esteban-Marquillas para estudar as características e a dinâmica da indústria do turismo na América do Sul. Especificamente, a análise decompôs o crescimento do número de turistas oriundos da Europa, das Américas e de outras regiões para países da América do Sul. Os países analisados foram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela entre 1998 e 2002. O estudo aponta que o Brasil recebeu o maior número de turistas internacionais na América do Sul, no período, embora tenha dificuldade em atrair investimentos privados no setor.

Também é possível citar outros estudos recentes, como o de Viana et al. (2020), com dados de emprego formal e renda para as cidades históricas de turismo de Minas Gerais entre 2006 e 2016; o de Melo e Marini (2022), com dados de emprego formal para as regiões turísticas do Paraná no período 2013-19; e o de Braga e Paula (2024), com dados de emprego formal para as cidades turísticas costeiras do Ceará entre 2010 e 2019.

Dessa forma, o presente artigo apresenta caráter inédito ao aplicar o método *shift-share* à análise do Valor Adicionado das atividades turísticas nos municípios do Rio Grande do Sul, suprimindo lacunas identificadas na literatura, a qual carece de abordagens quantitativas voltadas à dinâmica produtiva do turismo em escala municipal. A próxima seção descreve a metodologia a ser empregada.

4. Metodologia: o método diferencial-estrutural modificado

Desde o trabalho pioneiro de Dunn Jr (1960), o método *shift-share* sofreu diversas reformulações. O modelo clássico pode ser descrito da seguinte maneira (Selting e Loveridge, 1992), tendo como objeto de análise o Valor Adicionado (VA)⁶:

$$Y_{ij}^t - Y_{ij}^{t-h} = \Delta_h Y_{ij} = NE_{ij} + IM_{ij} + CE_{ij} \quad (1)$$

⁶Os autores utilizam a taxa de variação entre o período t e o período imediatamente anterior, $t - 1$. No presente trabalho, utiliza-se uma formulação mais genérica, com a variação do VA em h anos, entre t e $t - h$.

sendo:

$$\begin{aligned}
 Y_{ij}^t &= \text{VA no setor } i \text{ no município } j, \text{ no período } t; \\
 Y_{ij}^{t-h} &= \text{VA no setor } i \text{ no município } j, \text{ no período } t-h; \\
 NE_{ij} &= Y_{ij}^{t-h} e_{00} = \text{efeito do crescimento estadual}; \\
 IM_{ij} &= Y_{ij}^{t-h} (e_{i0} - e_{00}) = \text{efeito do } mix \text{ industrial ou componente estrutural}; \\
 CE_{ij} &= Y_{ij}^{t-h} (e_{ij} - e_{i0}) = \text{efeito competitivo ou diferencial};
 \end{aligned}$$

em que:

$$\begin{aligned}
 e_{00} &= \frac{Y_{00}^t - Y_{00}^{t-h}}{Y_{00}^{t-h}} = \text{taxa de crescimento do VA estadual agregado entre } t-h \text{ e } t; \\
 e_{i0} &= \frac{Y_{i0}^t - Y_{i0}^{t-h}}{Y_{i0}^{t-h}} = \text{taxa de crescimento do VA estadual no setor } i \text{ entre } t-h \text{ e } t; \\
 e_{ij} &= \frac{Y_{ij}^t - Y_{ij}^{t-h}}{Y_{ij}^{t-h}} = \text{taxa de crescimento do VA do município } j \text{ entre } t-h \text{ e } t; \\
 Y_{00}^t &= \sum_i \sum_j Y_{ij}^t = \text{VA estadual (todos os municípios) total (todos os setores) no período } t; \\
 Y_{i0}^t &= \sum_j Y_{ij}^t = \text{VA estadual (todos os municípios) no setor } i \text{ no período } t; \\
 Y_{0j}^t &= \sum_i Y_{ij}^t = \text{VA total (todos os setores) no município } j \text{ no período } t.
 \end{aligned}$$

A partir da decomposição proposta, é possível interpretar os componentes. O efeito do crescimento da economia de referência (no caso, o turismo do estado do Rio Grande do Sul) indica o VA hipotético que o setor i do município j teria, se crescesse à taxa de crescimento da economia estadual. Caso a variação observada no VA fosse maior do que a hipotética, haveria um indicativo da existência de fatores favoráveis atuando no município. Já o efeito *mix* setorial ilustra os benefícios, em termos de VA adicional, que um município obteria por ter uma preponderância de atividades – sua composição estrutural – com crescimento superior à média, em nível estadual. Por fim, o efeito competitivo ou diferencial é o resíduo da variação do VA após a contabilização do efeito regional e do *mix* setorial; se a economia municipal cresce mesmo após a contabilização desses efeitos, infere-se que haja fatores determinantes únicos para aquele município.

A formulação clássica, conforme exposta, está sujeita a uma série de críticas, entre as quais: carência de base teórica; sensibilidade aos pesos escolhidos; e interdependência entre o efeito competitivo e o efeito *mix* industrial (Selting e Loveridge, 1992). Para contornar alguns desses problemas, Esteban-Marquillas (1972) propôs uma reformulação do modelo clássico, ao reescrever o efeito competitivo como função de um novo conceito – o VA homotético (Y_{ij}^*) – e introduzir um quarto efeito, o efeito alocação

(AE_{ij}). O VA homotético pode ser conceituado como aquele que o setor i do município j teria se esse município e a região de referência tivessem exatamente a mesma estrutura setorial, ou seja, a mesma participação de cada setor no total do VA. Generalizando matematicamente, pode-se definir o VA homotético E_{ij}^{*t-h} no período $t-h$ como:

$$Y_{ij}^{*t-h} = Y_{0j}^{t-h} \cdot \frac{Y_{i0}^{t-h}}{Y_{00}^{t-h}} \quad (2)$$

O novo modelo pode, então, ser escrito da seguinte forma:

$$Y_{ij}^t - Y_{ij}^{t-h} = \Delta_h Y_{ij} = NE_{ij} + IM_{ij} + CE_{ij}^* + AE_{ij} \quad (3)$$

Diferentemente da formulação anterior:

Y_{ij}^{*t-h} = VA homotético no setor i no município j no tempo $t-h$;

$CE_{ij}^* = Y_{ij}^{*t-h} \cdot (e_{ij} - e_{i0})$ = efeito competitivo homotético;

$AE_{ij} = (Y_{ij}^{t-h} - Y_{ij}^{*t-h}) \cdot (e_{ij} - e_{i0})$ = efeito alocação.

Conforme visto acima, o efeito alocação é o produto de dois fatores. O primeiro, $(Y_{ij}^{t-h} - Y_{ij}^{*t-h})$, refere-se ao efeito especialização, enquanto $(e_{ij} - e_{i0})$ diz respeito ao efeito vantagem competitiva. Caso o VA do município no setor i seja maior que seu VA homotético, ele é classificado como especializado naquele setor. De forma semelhante, caso o crescimento do setor i no município j seja superior ao observado no mesmo setor na região de referência, caracteriza-se a vantagem competitiva do município naquele setor. Seguindo Haddad (1989), o Quadro 1 resume as classificações possíveis a partir dos sinais dos componentes do efeito alocação.

Quadro 1. Classificação dos possíveis resultados do efeito alocação

CLASSIFICAÇÃO	EFEITO ALOCAÇÃO	COMPONENTES	
		Especialização	Vantagem Competitiva
Especialização com vantagem competitiva	+	+	+
Não especialização com vantagem competitiva	-	-	+
Não especialização com desvantagem competitiva	+	-	-
Especialização com desvantagem competitiva	-	+	-

Fonte: Haddad (1989)

No presente artigo, adota-se o Valor Adicionado das atividades turísticas como variável de análise, em substituição ao emprego formal, tradicionalmente utilizado na literatura, com o objetivo de captar, de forma mais abrangente, a dinâmica econômica do setor. Na próxima seção, discorre-se sobre a base de dados utilizada.

5. Base de dados: indicador do Valor Adicionado das atividades turísticas do Rio Grande do Sul⁷

O Valor Adicionado das ACTs é um dos agregados econômicos que caracterizam a magnitude do turismo em uma economia do ponto de vista da oferta, mensurando a contribuição dessas atividades para a oferta agregada de bens e serviços de uma economia. O referido agregado apresenta-se como uma medida econômica relevante, sobretudo na falta de um sistema de estatística integrado, como a Conta Satélite do Turismo, ou de pesquisas que definam o consumo específico dos visitantes (ótica da demanda).

O indicador utilizado neste artigo foi desenvolvido pelo DEE/SPGG-RS (Torezani, 2025) para o estado e para cada um dos seus 497 municípios, cobrindo o período 2010-21 conforme a disponibilidade de dados do SCR/IBGE. Para as atividades turísticas, são disponibilizadas cinco séries (a preços básicos e correntes): (i) Valor Adicionado (R\$); (ii) participação no VA total do Rio Grande do Sul; (iii) participação no VA total de cada município; (iv) participação no VA do setor de serviços de cada município; e (v) VA *per capita* (R\$). O indicador estadual está disponibilizado em cinco grupos de atividades: (1) comércio varejista; (2) alojamento e alimentação; (3) transporte de passageiros; (4) segundas residências; e (5) outras atividades turísticas. A lista com todas as ACTs encontra-se na Tabela 1, no Anexo.

Em termos conceituais, o indicador parte da identificação, no nível de subclasses da CNAE 2.0, das atividades classificadas como ACTs segundo recomendações e critérios da ONU Turismo (UNWTO, 2010a). A delimitação privilegia atividades que atendem diretamente os visitantes, excluindo atividades com vínculo mais indireto ou menos intensivo em turismo, como as de transporte municipal (associado aos trabalhadores residentes), as de gestão (como as de espaços para atividades artísticas e de instalações de esportes) e as de lazer, esportivas e artísticas rotineiras mais associadas à atividade do não visitante (como casas de bingo, clubes sociais e esportivos, discotecas, exploração de boliche, sinuca e jogos de recreação).

Além das ACTs usualmente associadas a viagens (alojamento, alimentação, transporte de passageiros, aluguel de automóveis, organização de viagens *etc.*), duas outras atividades são incorporadas seguindo recomendações internacionais (UNWTO, 2010a,b). A primeira é o comércio varejista, única ACT relacionada a bens, considerando itens tipicamente adquiridos por visitantes durante ou antes das viagens. A segunda consiste nas segundas residências, reconhecendo que o consumo turístico não se restringe a transações monetárias e que pode incluir imputações, como o serviço de moradia de uso próprio. Em linha com o Sistema de Contas Nacionais (United Nations, 2009), imputa-se um valor às moradias ocupadas pelos proprietários. A mensuração dessa ACT combina informações dos Censos Demográficos 2010 e 2022 sobre domicílios de uso ocasional, dados do SCR/IBGE sobre aluguel imputado e

⁷Para maiores detalhes sobre a construção do indicador, ver Torezani (2025).

informações de consumo residencial de energia elétrica.

A mensuração do VA a preços básicos das ACTs para o Rio Grande do Sul é realizada em duas etapas. Na primeira, parte-se do VA das atividades do SCR (convênio DEE/SPGG-RS e IBGE). Como a desagregação do SCR não identifica diretamente as classes CNAE que compõem as ACTs, aplica-se, para cada atividade do SCR, o peso das classes CNAE definidas como ACTs, estimado a partir das pesquisas estruturais anuais do IBGE, obtendo-se o VA de cada ACT. Na segunda etapa, quando necessário, utiliza-se a massa salarial por subclasse da RAIS para desagregar classes em subclasses, apenas nos casos em que uma classe reúne simultaneamente subclasses turísticas e não turísticas.

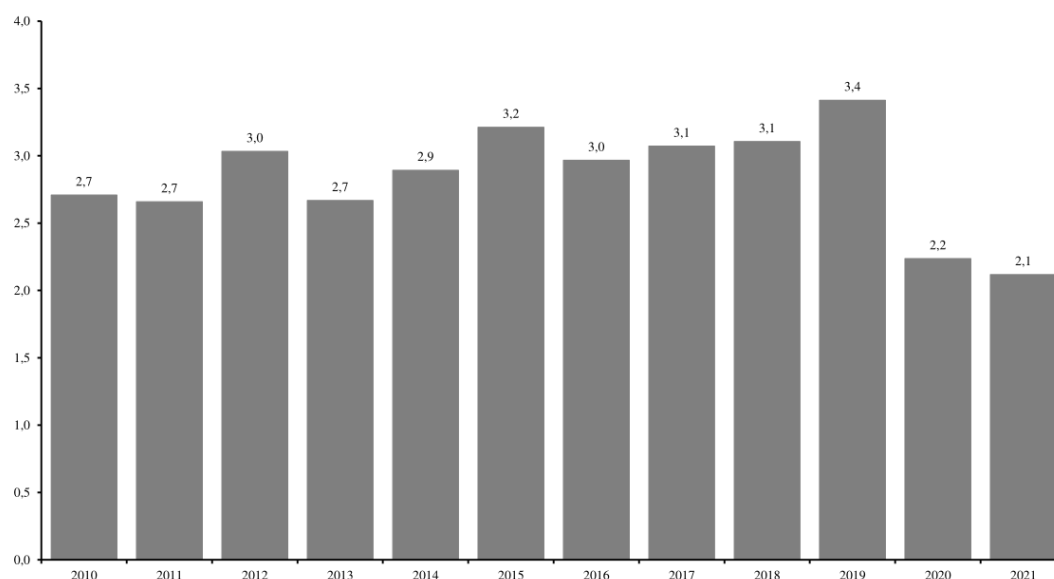
A estimação municipal segue lógica análoga à do cálculo do PIB dos Municípios pelo IBGE: o VA estadual a preços básicos (do SCR) é distribuído entre municípios com base em indicadores e critérios de rateio setoriais, garantindo consistência contábil (a soma municipal reproduz o total estadual). Assim, em uma abordagem “de cima para baixo”, o VA estimado para cada ACT no Rio Grande do Sul é alocado aos 497 municípios segundo critérios específicos, alguns idênticos aos do IBGE e outros ajustados para melhor representar o fenômeno turístico em nível local. A divulgação nos cinco grupos resulta da agregação a partir de uma desagregação mais fina (21 atividades e/ou subatividades).

Para a aplicação do *shift-share*, é necessário trabalhar com séries em valores constantes, de modo a separar variações reais de mudanças de preços. Contudo, não há séries municipais de volume ou deflatores no SCR (apenas em nível estadual). Diante disso, foram derivados e harmonizados deflatores setoriais estaduais (ano-base 2021) a partir dos dados do SCR construídos sob o convênio SPGG/RS-IBGE e aplicados setorialmente aos dados municipais. Com isso, obtêm-se séries em valores constantes para os cinco grupos de atividades (e o total) para cada um dos 497 municípios no período 2010-21.

6. Análise exploratória do indicador

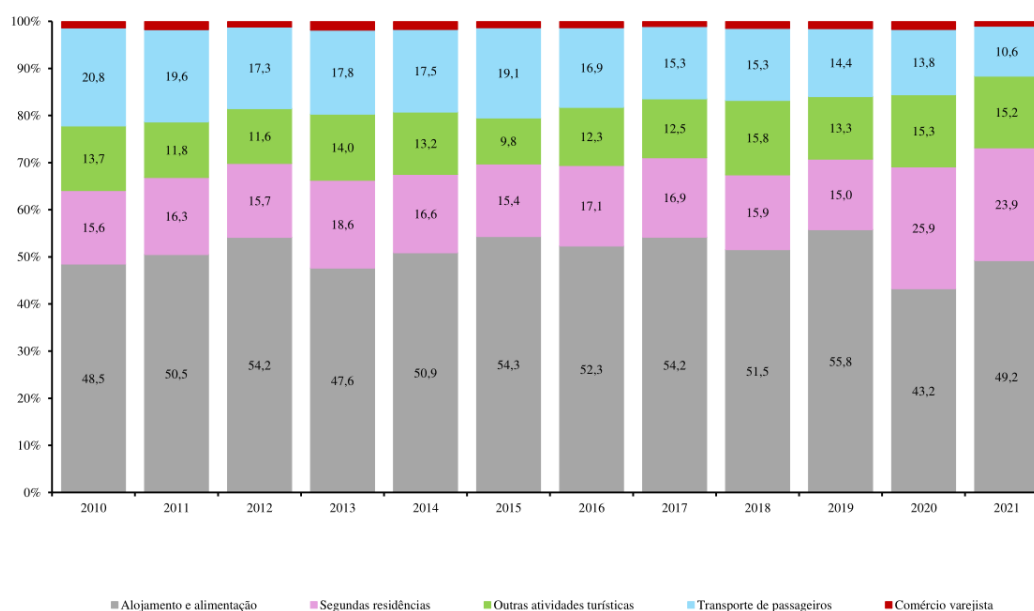
A participação das atividades turísticas no VA total do Rio Grande do Sul apresentou uma trajetória de crescimento entre 2010 e 2019, evoluindo de 2,7% no início da série histórica para 3,4% em 2019, o maior percentual registrado. No entanto, a partir do ano seguinte, em decorrência dos impactos provocados pela pandemia de Covid-19, observou-se uma retração significativa, com o indicador atingindo o menor nível da série histórica em 2021 (Figura 1). Esse comportamento reflete a sensibilidade do setor turístico a choques externos, especialmente aqueles associados a restrições de mobilidade e às medidas sanitárias adotadas durante o período pandêmico.

Figura 1. Participação das atividades turísticas no Valor Adicionado total do Rio Grande do Sul — 2010-21 (%)



Fonte: Torezani (2025)

Figura 2. Participação setorial no Valor Adicionado das atividades turísticas do Rio Grande do Sul — 2010-21 (%)

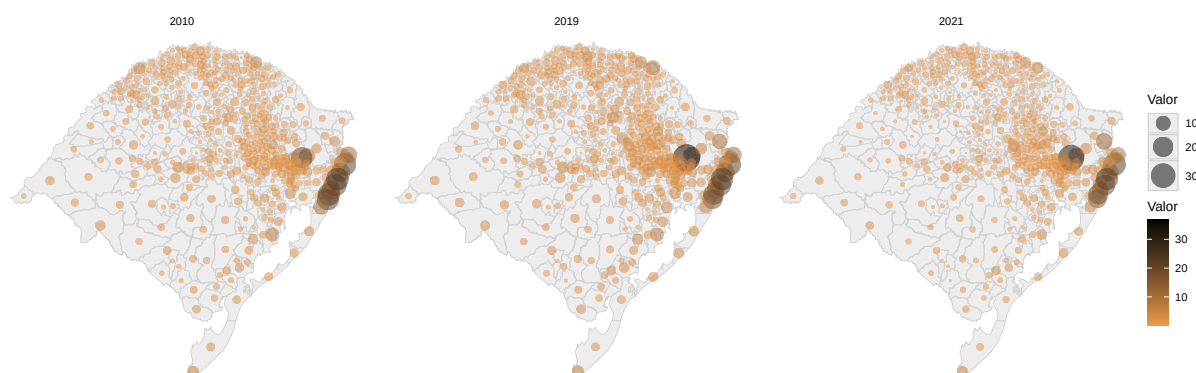


Fonte: Torezani (2025).

Do ponto de vista setorial, a atividade de alojamento e alimentação destaca-se como a principal responsável pela geração de VA turístico, respondendo por mais da metade do total em diversos anos da série analisada. Na sequência, sobressaem-se

os serviços de transporte de passageiros, cuja participação vem apresentando queda significativa ao longo dos anos, sobretudo em 2021. Por outro lado, as segundas residências ampliaram, de forma significativa, sua representatividade nos anos de pandemia, em decorrência tanto da queda das demais atividades nesse período (que acompanham o ciclo econômico, diferente das segundas residências que sempre mantêm um crescimento estável ao longo dos anos), quanto, possivelmente, da busca por locais alternativos de permanência durante as restrições de mobilidade. As “outras atividades turísticas” mantiveram participação relevante, ainda que inferior, enquanto o comércio varejista demonstrou contribuição bastante reduzida ao longo de toda a série (Figura 2).

Figura 3. Participação percentual das atividades turísticas no Valor Adicionado total dos municípios do Rio Grande do Sul — 2010, 2019 e 2021



Fonte: Torezani (2025).

Por fim, é interessante comparar os dados de VA das atividades turísticas, agora a preços constantes, com os dados de emprego formal (Figura 4), tradicionalmente utilizados em análises do tipo *shift-share*. De modo geral, observa-se uma correspondência nas tendências setoriais entre as duas variáveis ao longo do período analisado. No entanto, em determinados recortes temporais, identificam-se divergências significativas entre as séries. Em contrapartida, quando considerado o agregado das atividades

turísticas, as discrepâncias entre as séries de VA e de emprego formal são menos pronunciadas, sugerindo uma maior convergência no comportamento agregado do setor.

Figura 4. Evolução do Valor Adicionado das atividades turísticas, a preços constantes, e do emprego formal do Rio Grande do Sul — 2010-21



Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS e RAIS (Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego, 2025).

Elaboração própria. Nota: Os índices têm como base 2010 = 100

A inspeção visual das séries também permite evidenciar os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o setor. Todas as atividades em 2019, com exceção de transportes, estavam em níveis superiores aos observados em 2010, quando mensuradas pelo VA ou pelo emprego. Contudo, exclusive segundas residências, a recessão desencadeada pela pandemia levou a quedas significativas nesses dois indicadores, das quais o setor ainda não se havia recuperado em 2021.

Na Tabela 1, são exibidas algumas estatísticas descritivas referentes a esses indicadores. Observa-se que, no período 2010-21, de maneira geral, tanto o VA quanto o emprego formal do turismo apresentaram retração, reflexo direto dos efeitos da pandemia, como observado anteriormente. Isso ocorreu em todas as atividades turísticas, exceto na de segundas residências, que cresceu quase 50% no VA, e na de comércio varejista, que foi a única atividade turística a apresentar expansão, ainda que tímida, no emprego. Ademais, as quedas registradas foram mais pronunciadas no VA do que no emprego formal, ressaltando-se a atividade de transporte de passageiros. A volatilidade do VA – medida pelo desvio-padrão da taxa de crescimento anual – também foi mais alta no período, o que poderia ser explicado, por exemplo, pela maior rigidez na capacidade de ajuste no emprego setorial diante de choques macroeconômicos, tendo em vista os altos custos de contratação e demissão de mão de obra, sobretudo em se

tratando do trabalho formal.

Os padrões observados nas séries de VA do turismo, no estado, refletem o comportamento das atividades de seus municípios. Contudo, em escala municipal, as diferenças entre as séries agregadas do VA e as do emprego formal podem ser substanciais, o que evidencia a importância de abordagens analíticas que contemplem a totalidade da economia, incluindo o segmento tanto formal quanto o informal.

Tabela 1. Taxa de crescimento acumulado, média, mediana e desvio-padrão do emprego e do Valor Adicionado do turismo no Rio Grande do Sul — 2010-21

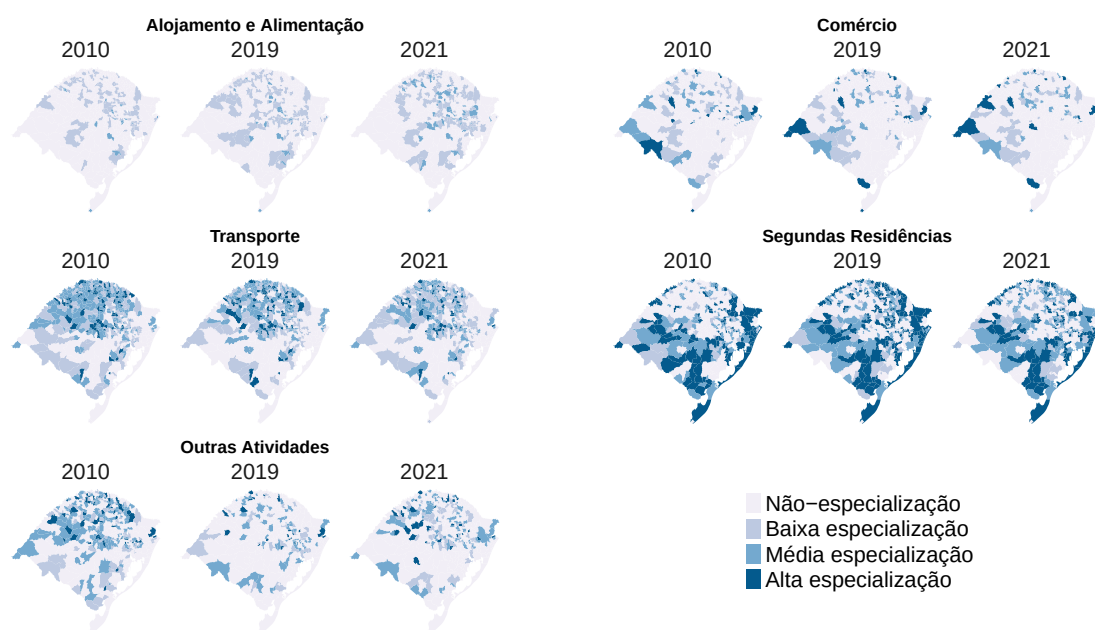
Variável	Métrica	Atividades turísticas (%)					Total
		Comércio varejista	Alojamento e alimentação	Transporte de passageiros	Segundas residências	Outras atividades	
Valor Adicionado	Crescimento acumulado 2010-21	-27,5	-21,2	-14,5	48,8	-6,6	-8,0
	Média crescimento anual	-2,9	-2,2	-1,4	3,6	-0,6	-0,8
	Desvio padrão crescimento anual	28,9	17,2	14,5	2,7	16,8	11,7
Emprego formal	Crescimento acumulado 2010-21	2,4	-0,1	-21,6	–	-1,7	-2,9
	Média crescimento anual	0,2	0,0	-2,2	–	-0,2	-0,3
	Desvio-padrão crescimento anual	6,5	9,7	7,6	–	10,9	9,2

Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS e RAIS (Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego, 2025). Elaboração própria.

Antes de passar para a análise *shift-share*, explora-se, em caráter preliminar, os resultados de um indicador tradicional de análise econômica regional, qual seja, o Quociente Locacional (QL). O QL indica se a proporção do VA de uma ACT em relação ao total das ACT em um município é maior ou menor do que essa mesma proporção no estado, fornecendo uma medida do grau de especialização do município em relação ao Rio Grande do Sul. Embora seja uma variável contínua, para fins de interpretação utilizou-se uma discretização dos valores seguindo Ribeiro et al. (2018): $0 \leq QL < 1$ (não-especialização); $1 \leq QL < 1,25$ (baixa especialização); $1,25 \leq QL < 2$ (média especialização); e $QL \geq 2$ (alta especialização). Os resultados por ACT nos anos de 2010, 2019 e 2021 estão apresentados na Figura 5.

Ribeiro et al. (2018) analisam, através do QL, a especialização do turismo brasileiro (emprego formal) em relação ao restante da economia, e encontram que mais de 90% dos municípios do país não apresentam especialização no segmento turístico. Aqui, diferentemente dos autores, o foco recai em identificar dentro do segmento turístico quais ACTs apresentam especialização relativa nos municípios gaúchos. A Figura 5 evidencia relevantes heterogeneidades entre ACTs, sugerindo que a dinâmica municipal do turismo é mais bem compreendida quando se desagrega a análise por ACT. Exercício similar foi realizado por Ribeiro et al. (2021b) para os estados brasileiros.

De modo geral, em cada ACT, a maior parte dos municípios mostrou-se não especializada. Essa proporção, contudo, varia consideravelmente entre atividades. Verifica-se que a maior incidência de municípios não especializados ao longo do período 2010-

Figura 5. Quociente Locacional (QL) por atividade turística – 2010, 2019, 2021

Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS. Elaboração própria.

21 (cerca de 70% a 85%) se deu no comércio varejista e em alojamento e alimentação; em particular, não se identificam municípios com alta especialização em alojamento e alimentação em nenhum dos anos analisados. Em contraste, a proporção de municípios não especializados é substancialmente menor em segundas residências e transporte de passageiros (aproximadamente entre 20% e 40%), indicando maior tendência à concentração relativa nessas atividades.

No caso do comércio turístico, embora apenas 16 municípios apresentem alta especialização, os resultados sugerem crescimento recente da importância dos *free shops* como atrativo regional. Em 2021, os maiores QLs no comércio – anteriormente compartilhados com municípios da Serra e do Norte do estado – concentraram-se em municípios de fronteira com *free shops* instalados, como Porto Mauá, Porto Xavier, Barra do Quaraí, Uruguaiana e Jaguarão. Como exemplo, o QL de Porto Mauá aumentou de 7,73 em 2019 (ano de inauguração do *free shop* no município) para 26,9 em 2021. Além da localização, esses municípios vêm se articulando para promover o turismo de compras e estratégias associadas de desenvolvimento regional.⁸

Por fim, segundas residências apresentou o maior percentual de municípios com alta especialização (22% a 35%), seguida de transporte de passageiros (10% a 16%) e de outras atividades turísticas (4% a 10%). Enquanto a especialização em segundas residências é mais disseminada pelo território – envolvendo áreas da Campanha, Serra, Litoral e balneários próximos ao Rio Uruguai –, as especializações em transporte e em outras atividades se concentram mais fortemente na metade norte do estado, com maior presença de municípios nas faixas de média e alta especialização.

⁸Para mais informações sobre o comércio de *free-shops* no Rio Grande do Sul, ver DEE. Departamento de Economia e Estatística. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) (2025).

Na próxima seção, apresentam-se os resultados da decomposição da variação do Valor Adicionado das atividades turísticas nos municípios do Rio Grande do Sul, com base na aplicação da metodologia diferencial-estrutural modificada.

7. Resultados da análise *shift-share* para os municípios gaúchos

A decomposição da variação do VA a preços constantes pelo método *shift-share* nos municípios gaúchos permite distinguir quanto da variação observada entre 2010 e 2021 se deu por fatores globais – relacionados à performance do turismo gaúcho como um todo (efeito regional) –, de alguma ACT específica da economia do Rio Grande do Sul (efeito estrutural) ou se existe um efeito local que promove a competitividade do município (efeito diferencial).⁹ Os resultados, apresentados nas Figuras B.1, B.2, B.3 e B.4 do Apêndice, dispõem os valores dos efeitos estadual (NE), estrutural (IM), competitivo homotético (CE*) e alocação (AE) no espaço territorial gaúcho.

Inicialmente, observa-se que, em termos absolutos, muitos municípios apresentaram valores baixos desses componentes, marcados por cores claras no mapa. Ademais, o efeito estadual (NE) foi negativo, enquanto o efeito estrutural (IM) foi positivo apenas em segundas residências e em outras atividades turísticas.

Por outro lado, apesar do ambiente agregado adverso, observa-se heterogeneidade relevante no componente competitivo homotético (CE*). Esse efeito foi positivo em uma parcela expressiva de municípios, sobretudo em segundas residências (85%), alojamento e alimentação (69%), comércio (60%), transportes (53%) e outras atividades (31,5%). Cabe destacar que a ocorrência de municípios com efeito competitivo negativo em uma ACT pode ser um indicativo de que a especialização em outras ACT provoca nela um possível efeito *crowding-out* (Erkuş-Öztürk e Terhorst, 2018).

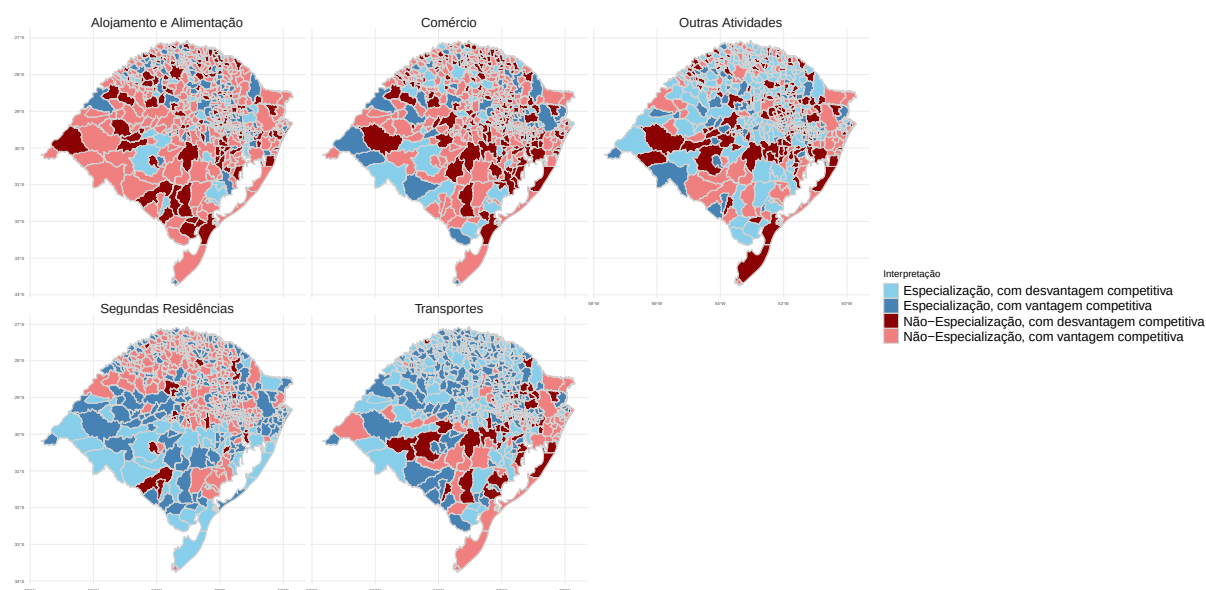
A análise também permite identificar, para cada ACT, as combinações dos efeitos especialização e a vantagem competitiva para cada município. A Figura 6 e a Tabela 2 apresentam o efeito alocação para o período de 2010 a 2021.¹⁰ O padrão espacial de especialização é consistente com o observado pelo quociente locacional: baixa incidência de municípios especializados em alojamento e alimentação e em comércio; especialização em segundas residências mais dispersa territorialmente; e maior concentração de municípios especializados em transportes e em outras atividades na

⁹Diferentemente de medidas baseadas em emprego formal – que podem gerar taxas de crescimento indefinidas em municípios pequenos devido a zeros de registro – o VA é uma variável contínua e, no indicador utilizado, não há municípios com valores nulos, o que evita indeterminações no cálculo de crescimento. O município de Pinto Bandeira, criado em 1996 por emancipação a partir do município de Bento Gonçalves, teve sua atual instalação apenas em 2013, após longas batalhas judiciais. Assim, não possui dados disponíveis para períodos anteriores e, por isso, foi classificado no componente alocativo apenas na análise dos anos de 2019 a 2021.

¹⁰Os mesmos resultados distribuídos espacialmente para os subperíodos 2010-19 (início da série até o período anterior à pandemia de Covid-19, no qual foi registrado o maior nível da série de VA) e 2019-21 (que registra os efeitos da pandemia nas atividades turísticas) podem ser encontrados nas Figuras B.5 e B.6, no Apêndice.

metade norte do estado. Embora se espere que municípios mais urbanizados exibam maior dinamismo por economias de aglomeração (Glaeser et al., 1992), destaca-se que diversos municípios rurais também apresentam especialização e/ou vantagem competitiva, particularmente em transportes e segundas residências; a presença de casos contíguos sugere, ainda, possível transbordamento intermunicipal.

Figura 6. Classificação do componente alocativo das atividades turísticas, por municípios, no Rio Grande do Sul — 2010-21



Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS.
Elaboração própria.

Tabela 2. Número e percentual de municípios, por resultado do componente alocativo, no Rio Grande do Sul — 2010-21

COMPONENTE ALOCATIVO	Alojamento e alimentação		Comércio		Outras atividades turísticas		Segundas residências		Transporte de passageiros	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Especializado com desvantagem competitiva	46	9,3	47	9,5	196	39,4	55	11,1	186	37,4
Especializado com vantagem competitiva	77	15,5	35	7,0	55	11,1	186	37,4	199	40,0
Não especializado com desvantagem competitiva	109	21,9	152	30,6	144	29	20	4,0	45	9,1
Não especializado com vantagem competitiva	264	53,1	262	52,7	101	20,3	235	47,3	66	13,3

Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS.

Na análise por ACT, a atividade de alojamento e alimentação foi a que apresentou a maioria de municípios não especializados (75%). Ainda assim, 53% dos municípios – mesmo não especializados – exibiram desempenho relativo superior à média estadual, ao passo que apenas 24% são especializados e 15,5% combinam especialização com vantagem competitiva. Tais casos ocorrem, principalmente, na Região Metropolitana de Porto Alegre, na Serra Gaúcha e na Região dos Vales. Esses resultados alinham-se

aos de (Ribeiro et al., 2021b), que, investigando os estados brasileiros, também evidenciam que regiões mais desenvolvidas e especializadas tendem a concentrar e dinamizar segmentos formais associados à alimentação e hospedagem. Adicionalmente, ressalta-se que essas duas atividades geram externalidades entre si (Mun et al., 2026), reforçando sua concentração em locais de maior demanda.

No comércio varejista, além de menor representatividade no turismo como um todo, o percentual de municípios especializados com vantagem competitiva é o mais baixo (7%). Os casos identificados distribuem-se por diferentes regiões, com destaque para municípios da Serra, (Nova Petrópolis, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Bento Gonçalves, entre outros), dos Campos de Cima da Serra (como São Francisco de Paula e Cambará do Sul) e, especialmente, alguns municípios de fronteira (por exemplo, Chuí, Jaguarão, Quaraí e Uruguaiana), o que é consistente com o papel recente dos *free shops* como atrativos regionais na fronteira com a Argentina e o Uruguai.

Na atividade de transporte de passageiros, quase 80% dos municípios são classificados como especializados, com metade deles possuindo vantagem competitiva. Uma possível explicação é a própria configuração multimodal e capilar do transporte no Rio Grande do Sul (existência de aeroportos, travessias de balsa e, sobretudo, transporte terrestre intermunicipal/interestadual e fretamento nos municípios), que amplia a presença dessas atividades no interior.

Já na atividade de segundas residências, cerca de metade dos municípios foi classificada como especializada, sendo quase 40% com vantagem competitiva, especialmente os concentrados no Litoral Norte, mas também com presença relevante no Centro-Sul, na Serra e nos Vales. Dados do Censo Demográfico (IBGE, 2022) também reforçam a importância dessa atividade no Rio Grande do Sul, com magnitude e crescimento relevantes do número de domicílios de uso ocasional.¹¹ O custo de transporte e os fatores subjetivos ajudam a explicar o padrão espacial de especialização em segundas residências, que tende a se concentrar em áreas com atrativos naturais e boa acessibilidade a centros urbanos (por exemplo Litoral Norte e Serra, próximos a Porto Alegre e Caxias do Sul), bem como em outros polos regionais de veraneio (como municípios às margens do Rio Uruguai) e de valorização da vida campeira (como áreas rurais da Campanha). Nesse sentido, Hall (2014) destaca que localidades com atrativos naturais¹² situadas a cerca de uma a duas horas de carro de centros urbanos são particularmente valorizadas como destinos de segundas residências.

Embora o estudo realizado para o período de 2010 a 2021 evidencie alguns resultados importantes para se entender o cenário das atividades turísticas gaúchas

¹¹Segundo dados do Censo, o número de domicílios de uso ocasional nos 23 municípios do Litoral Norte passou de 134.490 para 174.753 entre 2010 e 2022. A relevância do Litoral Norte também é significativa em termos nacional, com seis municípios gaúchos na lista dos 10 com maior percentual de domicílios de uso ocasional, sendo os quatro primeiros. Ademais, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí estão categorizados como “municípios turísticos” no Mapa do Turismo, do Ministério do Turismo (Brasil, Ministério do Turismo, 2025).

¹²Hall (2014) utiliza o termo *amenities*, referindo-se a regiões costeiras, insulares, alpinas etc.

no âmbito municipal, é importante aferir a consistência de tais resultados. Outros trabalhos investigaram o impacto da pandemia no turismo brasileiro e das políticas mitigatórias que se seguiram, evidenciando heterogeneidades entre atividades e regiões (Ribeiro et al., 2021a; Oliveira et al., 2025). Ademais, diante das evidências fornecidas pela inspeção visual das séries temporais de que o início da pandemia representou uma atipicidade no comportamento do VA a preços constantes em diversas atividades turísticas do estado, optou-se por aplicar a análise *shift-share* para os subperíodos 2010-19 (antes da pandemia) e 2019-21 (durante a pandemia). A Tabela 3 apresenta o percentual de municípios que manteve ou alterou sua classificação entre os subperíodos.

Alguns resultados relevantes podem ser apontados. A atividade de segundas residências mostrou-se mais estável do que as demais. O percentual de municípios que manteve a categoria entre os dois períodos foi de 36,3% no setor de alojamento e alimentação, 42,5% no comércio varejista, 15,9% em outras atividades turísticas, 53% em segundas residências e 40,5% em transportes de passageiros. Nas atividades de alojamento e alimentação, comércio varejista e outras atividades turísticas, cerca de 30% dos municípios transitaram entre não especializados com desvantagem competitiva na análise do primeiro subperíodo (2010-19) para não especializados com vantagem competitiva durante a pandemia. Na atividade de segundas residências, predominam municípios com especialização e vantagem competitiva nos dois subperíodos enquanto, na atividade de transporte de passageiros, a maior frequência foi notada na transição entre especialização com desvantagem competitiva para especialização com vantagem competitiva.

Por fim, é importante ressaltar que, embora o método utilizado não permita isolar o efeito da crise de Covid-19 na aferição dessas mudanças, os resultados encontram-se em consonância com a literatura (Ribeiro et al., 2021a; Oliveira et al., 2025), mostrando que as ACTs foram afetadas em intensidades diferentes, apresentando certa heterogeneidade quanto à alteração de classificação no período.

Tabela 3. Percentual de municípios do Rio Grande do Sul com alteração de classificação na análise *shift-share* entre os subperíodos 2010-19 e 2019-21

MUDANÇAS DE CLASSIFICAÇÃO	Alojamento e alimentação	Comércio varejista	Outras atividades turísticas	Segundas residências	Transporte de passageiros
Especializado com desvantagem competitiva → Sem alteração	2,2	3,0	4,8	6,7	11,5
Especializado com desvantagem competitiva → Especializado com vantagem competitiva	4,4	1,8	4,4	2,2	26,0
Especializado com desvantagem competitiva → Não especializado com desvantagem competitiva	0,8	1,6	4,2	1,0	2,4
Especializado com desvantagem competitiva → Não especializado com vantagem competitiva	4,4	3,6	30,6	0,2	5,4
Especializado com vantagem competitiva → Especializado com desvantagem competitiva	4,4	1,4	4,2	10,7	11,7
Especializado com vantagem competitiva → Sem alteração	6,9	4,0	1,4	25,4	16,9
Especializado com vantagem competitiva → Não especializado com desvantagem competitiva	0,4	0,4	0,4	1,2	1,0
Especializado com vantagem competitiva → Não especializado com vantagem competitiva	1,2	0,6	0,4	1,2	2,6
Não especializado com desvantagem competitiva → Especializado com desvantagem competitiva	0,4	0,0	0,2	0,2	0,0
Não especializado com desvantagem competitiva → Especializado com vantagem competitiva	1,2	0,0	0,0	0,0	0,6
Não especializado com desvantagem competitiva → Sem alteração	5,0	10,3	6,7	2,4	4,4
Não especializado com desvantagem competitiva → Não especializado com vantagem competitiva	26,8	32,9	26,6	0,6	4,0
Não especializado com desvantagem competitiva → Especializado com desvantagem competitiva	4,2	3,0	5,6	3,6	1,0
Não especializado com desvantagem competitiva → Especializado com vantagem competitiva	5,6	3,0	2,2	15,5	1,2
Não especializado com desvantagem competitiva → Não especializado com vantagem competitiva	9,7	9,1	5,0	9,7	3,4
Não especializado com desvantagem competitiva → Sem alteração	22,2	25,2	3,0	19,4	7,7

Fonte dos dados brutos: DEE. Departamento de Economia e Estatística. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) (2025)
Nota: O total das colunas pode não ser igual a 100% por conta de arredondamento.

8. Considerações Finais

Utilizando o novo indicador municipal de Valor Adicionado das atividades turísticas do Rio Grande do Sul (Torezani, 2025), aplicou-se a decomposição diferencial-estrutural modificada de Esteban-Marquillas para o período 2010-21 e em subperíodos, com o objetivo de avaliar a dinâmica do turismo gaúcho em escala municipal. Ao empregar o Valor Adicionado, o artigo avança em relação à literatura nacional, que se baseia quase exclusivamente na utilização de dados de emprego formal, e proporciona uma análise mais qualificada sobre a contribuição econômica do turismo, especialmente em um segmento marcado por elevada informalidade. Este estudo configura-se como a primeira aplicação da metodologia diferencial-estrutural ao turismo no contexto gaúcho e, de forma inédita, na literatura nacional, com uso do Valor Adicionado como métrica principal de análise em substituição ao emprego formal.

O referido indicador é compatível com o Sistema de Contas Regionais, abrange os segmentos formal e informal da economia e, de forma pioneira, em consonância com recomendações internacionais, mensura a atividade de segundas residências, ainda pouco explorada na literatura econômica. A partir do indicador, foram calculados deflatores setoriais com base em informações do Sistema de Contas Regionais, o que permitiu realizar análises intertemporais, dado que o PIB dos Municípios é divulgado apenas em termos nominais pelo IBGE, configurando-se uma melhor alternativa do que utilizar apenas um índice de preços para todos os dados (seja o próprio deflator do PIB, seja o IPCA, por exemplo) ou realizar uma análise em termos nominais.

Os resultados encontrados, embora com forte heterogeneidade espacial, indicam uma retração do turismo gaúcho no período, com queda do Valor Adicionado em quase todas as atividades em decorrência, sobretudo, da pandemia de Covid-19 (em 2021 os efeitos negativos da pandemia ainda eram sentidos). A identificação de (não)especialização e (des)vantagens competitivas permitiu distinguir a dinâmica de municípios e regiões, tanto por características locais, quanto por questões específicas, tais como o papel dos *free shops* no comércio turístico de fronteira e a relevância de regiões como o Litoral Norte, a Serra, a Campanha e os balneários próximos ao Rio Uruguai na atividade de segundas residências. A análise por subperíodos (2010-19 e 2019-21) permitiu analisar a quebra estrutural decorrente da Covid-19 em relação ao período pré-pandemia, evidenciando heterogeneidade no comportamento das atividades turísticas, com maior estabilidade em segundas residências.

A partir das evidências encontradas, o artigo contribui para o diagnóstico e a orientação de estratégias municipais e regionais ao turismo gaúcho. Ao revelar em quais atividades turísticas cada localidade é relativamente mais especializada e competitiva, os resultados podem contribuir como subsídios tanto para políticas públicas quanto para ações de infraestrutura, qualificação, promoção e coordenação em nível municipal/regional, sobretudo onde há complementariedades e competição por demanda turística e recursos públicos.

Por fim, algumas limitações devem ser destacadas. Apesar de útil para identificar as atividades com maior e menor dinamismo setorial e regional, o *shift-share* consiste em um método descritivo que não identifica relações causais. Além disso, outros pontos merecem atenção, quais sejam: (i) a mensuração do turismo pela ótica da oferta, via atividades turísticas, não permite separar apropriadamente a parcela do consumo efetivamente atribuível a visitantes; (ii) a deflação setorial, embora no âmbito do Sistema de Contas Regionais, é construída em nível estadual e aplicada aos municípios; e (iii) a dinâmica municipal pode envolver efeitos de transbordamento espacial que não são modelados explicitamente. Trabalhos futuros podem explorar os achados deste artigo com metodologias mais robustas, especialmente ao empregar modelos econométricos (incluindo abordagens espaciais) e ao incorporar medidas mais diretas de demanda turística quando disponíveis, aprofundando a compreensão da dinâmica do turismo gaúcho e nacional.

Referências

- Alves, T. W. (2005). Reestruturação da produção agrícola no rio grande do sul, de 1970 a 1996 e uma estimativa para 2012. *Análise Econômica*, 23(44).
- Braga, F. L. P. e Paula, D. P. d. (2024). Sol, praia, mar, vento e trabalho: caracterização produtiva das cidades turísticas costeiras do ceará-brasil entre 2010 e 2019. *Finisterra*, 59(127):e36741.
- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2025). Base estatística rais. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 29 set. 2025.
- Brasil. Ministério do Turismo (2025). Programa de regionalização do turismo. mapa do turismo – 2025.
- Brown, S. (1993). Retail location theory: evolution and evaluation. *The International Review of Retail, Distribution and Consumer Research*, 3(2):185–229.
- Costantino, S., Cracolici, M. F., e Piacentino, D. (2021). A new spatial shift-share decomposition: an application to tourism competitiveness in italian regions. *Geographical Analysis*, 53(4):708–735.
- DEE. Departamento de Economia e Estatística. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) (2025). Estudo das lojas francas de fronteira terrestre – etapa 1. Disponível em: <https://admin.dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202512/10151729-estudo-das-lojas-francas-de-fronteira-terrestre-etapa-1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2026.
- Dunn Jr, E. S. (1960). A statistical and analytical technique for regional analysis. *Papers in Regional Science*, 6(1):97–112.

- Enthoven, M. P. M. e Brouwer, A. E. (2020). Investigating spatial concentration of sustainable restaurants: It is all about good food! *The Annals of Regional Science*, 64(3):575–594.
- Erkuş-Öztürk, H. e Terhorst, P. (2018). Economic diversification of a single-asset tourism city: evidence from antalya. *Current Issues in Tourism*, 21(4):422–439.
- Esteban-Marquillas, J. M. I. (1972). A reinterpretation of shift-share analysis. *Regional and Urban Economics*, 2(3):249–255.
- Fachinelli, A. d. S. e Sesso Filho, U. A. (2013). O método diferencial-estrutural: aplicação para os estados da região sul frente à economia brasileira 1999/2004 e 2004/2008. *Revista de Economia*, 39(3):159–179.
- FEE (2016). *Atividades características do turismo no RS em 2013: Valor Adicionado Bruto no Estado, regiões do turismo e municípios*. FEE, Porto Alegre.
- Firgo, M. e Fritz, O. (2017). Does having the right visitor mix do the job? applying an econometric shift-share model to regional tourism developments. *The Annals of Regional Science*, 58(3):469–490.
- FJP (2017). *Economia do turismo de Minas Gerais: 2010-2014*. FJP, Belo Horizonte. (Estatística & Informações; n. 1).
- Forbes, J. D. (1972). Central place theory: an analytical framework for retail structure. *Land Economics*, 48(1):15–22.
- Glaeser, E. L., Kallal, H. D., Scheinkman, J. A., e Shleifer, A. (1992). Growth in cities. *Journal of Political Economy*, 100(6):1126–1152.
- Haddad, P. R., editor (1989). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Banco do Nordeste/Etene, Fortaleza. (Estudos Econômicos e Sociais, 36).
- Hall, C. M. (2014). Second home tourism: an international review. *Tourism Review International*, 18(3):115–135.
- Han, Z., CUI, C., Miao, C., Wang, H., e Chen, X. (2019). Identifying spatial patterns of retail stores in road network structure. *Sustainability*, 11(17).
- Hersen, A. e Lima, J. F. d. (2011). A heterogeneidade do crescimento econômico das unidades federativas brasileiras (2000-2007). *Revista Econômica do Nordeste*, 42(3):457–472.
- IBGE (2012). *Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009*. IBGE, Rio de Janeiro. (Estudos e Pesquisas, Informação Econômica, n. 18).
- IBGE (2022). *Censo Demográfico 2022*. IBGE, Rio de Janeiro.
- IPARDES (2024). *O Produto Interno Bruto a preços básicos das atividades turísticas do Paraná: resultados de 2010 a 2021*. Number 30. Iparides, Curitiba. (Nota Técnica Iparides, n. 30).

- IPEA (2025). Extrator de dados ipea. sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor de turismo (simt). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/>. Acesso em 13/11/2025.
- Melo, E. S. e Marini, M. J. (2022). Análise da dinâmica do emprego nas regiões turísticas paranaenses: uma abordagem pelo método shift-share. *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, 12:357–379. 13 jun. 2022.
- Morrone, H. (2015). Analisando a performance setorial nos estados da região sul entre 2007 e 2012: uma análise shift-share. *Perspectiva Econômica*, 11(1):36–46.
- Mun, S. G., Woo, L., Kim, T., e Shin, S. (2026). Can nearby high-quality restaurants increase other tourism firms' performance? evidence from hotels. *International Journal of Hospitality Management*, 132:104356.
- Oliveira, T. D., Seibert, C. E., Wolf, R., Valerio, V. E. d. M., e Ribeiro, L. C. d. S. (2025). Tourism and covid-19: regional economic impacts of cancelling carnival celebrations in brazil. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 19(4):586–606.
- Ribeiro, L. C. d. S. e Andrade, J. R. d. L. (2015). Characterization of tourism clusters in brazil. *Tourism Economics*, 21(5):957–976.
- Ribeiro, L. C. d. S., Lopes, T. H. C. R., Montenegro, R. L. G., e Andrade, J. R. d. L. (2018). Employment dynamics in the brazilian tourism sector (2006–2015). *Tourism Economics*, 24(4):418–433.
- Ribeiro, L. C. d. S., Santos, G. F. d., Cerqueira, R. B., e Souza, K. B. (2021a). Do income policy mitigate the economic impacts of covid-19 on tourism in brazil? *Economics Bulletin*, 41(4):2574–2579.
- Ribeiro, L. C. d. S., Santos, G. F. d., e Takasago, M. (2023). Does domestic tourism reduce regional inequalities in brazil? *Current Issues in Tourism*, 26(20):3255–3260.
- Ribeiro, L. C. d. S., Santos, M. M. C. d., e Santos, F. R. d. (2021b). Avaliação das atividades características do turismo no brasil: 2012-2020. *Turismo, Visão e Ação*, 23(3):557–578.
- Ribeiro, L. C. d. S., Silva, E. O. V. d., Andrade, J. R. d. L., e Souza, K. B. d. (2017). Tourism and regional development in the brazilian northeast. *Tourism Economics*, 23(3):717–727.
- Santos, F. R. d., Ribeiro, L. C. d. S., e Silveira, E. J. G. d. (2018). Caracterização das atividades turísticas nos municípios brasileiros em 2015. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12(2):65–82.
- Santos, F. R. d., Ribeiro, L. C. d. S., e Takasago, M. (2024). The productive interdependence of tourist activities in brazil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 18:e-2886.

- SEI (2021). *Metodologia das atividades características do turismo (ACT)*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Salvador.
- Selting, A. C. e Loveridge, S. (1992). A summary of the literature on shift-share analysis. Texto para discussão, University of Minnesota, Department of Applied Economics, St. Paul. (Staff Papers n. P92-13).
- Sobral, F., Peci, A., e Souza, G. (2007). An analysis of the dynamics of the tourism industry in brazil: challenges and recommendations. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 19(6):507–512.
- Souza, N. d. J. e Souza, R. B. d. L. d. (2004). Dinâmica estrutural-diferencial da região metropolitana de porto alegre, 1990/2000. *Revista de Economia*, 30(2):121–144.
- Torezani, T. A. (2025). Valor adicionado das atividades turísticas do rio grande do sul: conceitos, metodologia e resultados. Texto para discussão, SPGG/DEE, Porto Alegre. (Nota Técnica n. 106).
- Torres, G. P., Palermo, P. U., e Portugal, M. S. (2013). O desempenho da indústria no rio grande do sul (rs), entre 1996 e 2007: uma análise comparada através do método shift-share. *Indicadores Econômicos FEE*, 41(1):45–74.
- United Nations (2009). *System of National Accounts 2008 [SNA 2008]*. United Nations/European Commission/IMF/OECD/World Bank, New York.
- UNWTO (2010a). *International recommendations for tourism statistics 2008*. Number 83/Rev. 1 In: Studies in Methods, Series M. United Nations/UNWTO: Department of Economic and Social Affairs, New York.
- UNWTO (2010b). *Tourism satellite account: recommended methodological framework 2008*. Number 80/Rev. 1 In: Studies in Methods, Series F. United Nations/UNWTO/Eurostat/OECD: Department of Economic and Social Affairs, Luxembourg, Madrid, New York, Paris.
- UNWTO (2023). *International tourism highlights, 2023 Edition – The Impact of COVID-19 on Tourism (2020–2022)*. UNWTO, Madrid.
- Valenzuela-Ortiz, A., Chica-Olmo, J., e Castaneda, J.-A. (2025). Location factors and agglomeration economies in the hotel industry: the case of spain. *European Journal of Management and Business Economics*, 34(1):1–22.
- Viana, F. D. F., Braga, F. L. P., Nascimento, A. L. M., e Nazareno, M. C. d. M. (2020). Turismo nas cidades históricas de minas gerais: uma análise para a variável emprego e renda por meio do método diferencial-estrutural. *Gestão & Regionalidade*, 36(107):148–173.
- Viana, F. D. F., Domingues, E. P., e Diniz, C. C. (2014). Infraestrutura turística no nordeste: uma análise de projeção de impactos do programa de desenvolvimento do turismo no nordeste – prodetur/ne ii. *Revista Econômica do Nordeste*, 45(2):54–69.

- Yang, Y., Whitford, M., e Lockstone-Binney, L. (2024). Reconceptualizing urban space with second home tourism: the emergence of an urban second-home tourism enclave. *Annals of Tourism Research*, 105:103708.
- Yang, Y., Wong, K. K. F., e Wang, T. (2012). How do hotels choose their location? evidence from hotels in beijing. *International Journal of Hospitality Management*, 31(3):675–685.

Agradecimentos

Versão atualizada do artigo apresentado no XXIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), em Ilhéus-BA entre 22 e 24 de outubro de 2025. Os autores agradecem aos pareceristas anônimos da Revista pelas valiosas contribuições que aprimoraram o artigo.

Anexo:

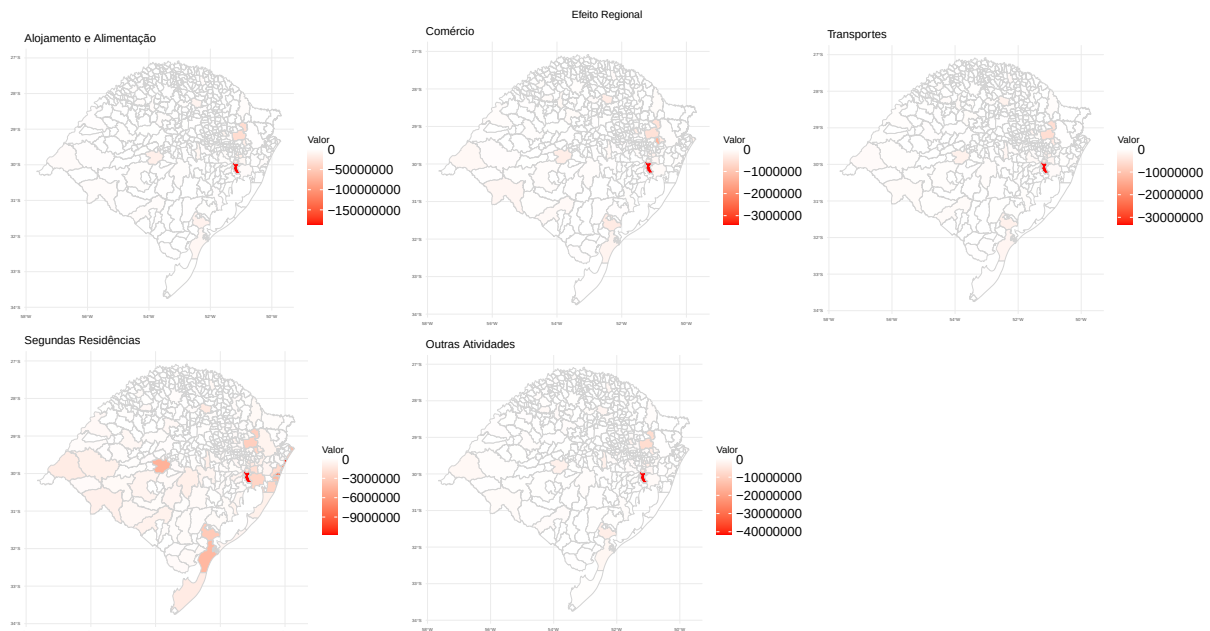
A.1. Atividades consideradas características do turismo e seus respectivos grupos de atividades

GRUPOS DEE	GRUPOS INTERMEDIÁRIOS	CÓD. CNAE 2.3	SUBCLASSES - ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO
Comércio varejista	Comércio varejista	4713-0/05	Lojas francas (Duty Free) de aeroportos, portos e em fronteiras terrestres
		4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
		4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem
		4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
Transporte de passageiros	Transporte terrestre	4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana
		4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual
		4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional
		4923-0/01	Serviço de táxi
Transporte de passageiros	Transporte terrestre	4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
		4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
		4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
		4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional
Transporte de passageiros	Transporte aquaviário	4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares
		5011-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - Passageiros
		5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros
		5099-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos
Transporte de passageiros	Transporte aéreo	5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular
		5112-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação
		5112-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não regular
		5510-8/01	Hotéis
Alojamento e alimentação	Alojamento	5510-8/02	Apart-hotéis
		5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais
		5590-6/02	Campings
		5590-6/03	Pensões (alojamento)
Alojamento e alimentação	Alimentação	5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente
		5611-2/01	Restaurantes e similares
		5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
		5611-2/04	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento
Alojamento e alimentação	Alimentação	5611-2/05	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento
		5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação
		7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor
		7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
Outras atividades turísticas	Organização de viagens e de eventos	7911-2/00	Agências de viagens
		7912-1/00	Operadores turísticos
		7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
		8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
Outras atividades turísticas	Artes e recreação	9001-9/01	Produção teatral
		9001-9/02	Produção musical
		9001-9/03	Produção de espetáculos de dança
		9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
Outras atividades turísticas	Artes e recreação	9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
		9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente
		9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares
		9103-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
Segundas residências	Segundas residências	9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente
		9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos
Segundas residências	Segundas residências	-	Aluguel imputado*

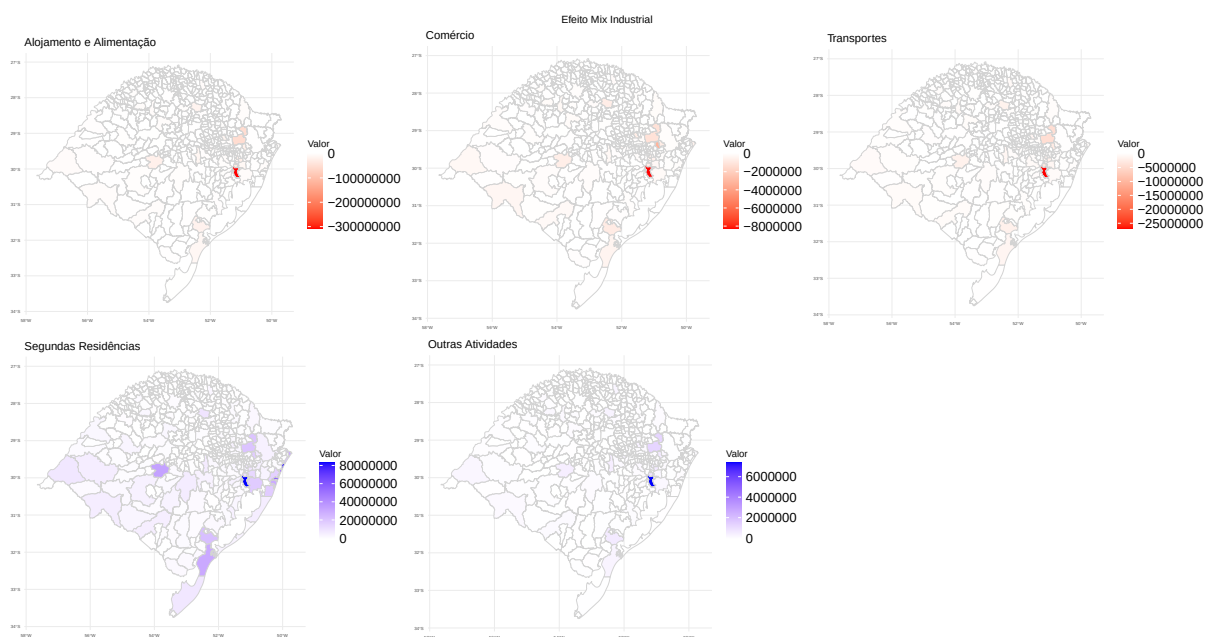
*O aluguel imputado é o produto do Sistema de Contas Nacionais e não é abrangido pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).
Fonte: (Torezani, 2025).

Apêndice B

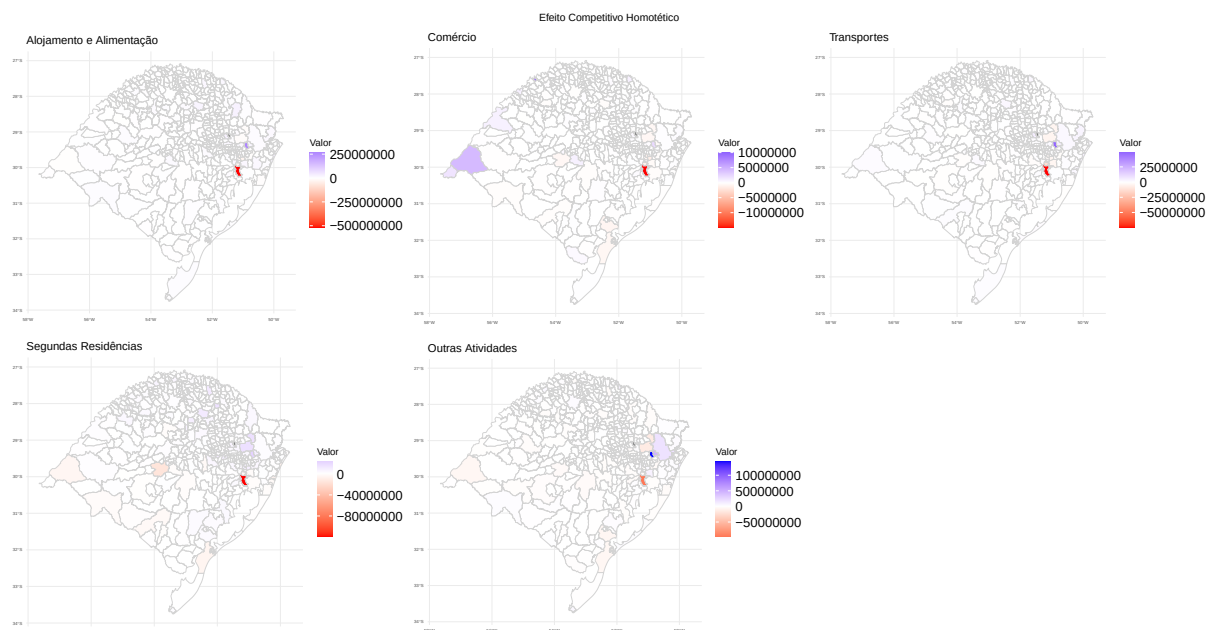
B.1. Componente regional (NE) das atividades turísticas, por municípios, no Rio Grande do Sul — 2010-21



B.2. Componente *mix* industrial (IM) das atividades turísticas, por municípios, no Rio Grande do Sul — 2010-21

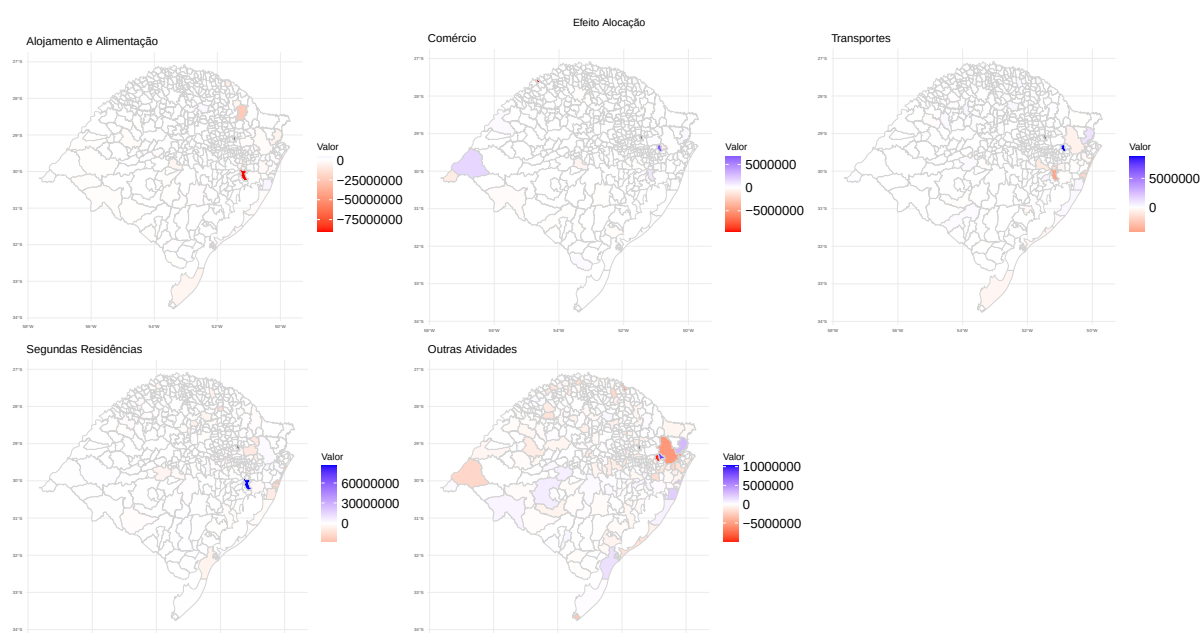


B.3. Componente competitivo homotético (CE*) das atividades turísticas, por municípios, no Rio Grande do Sul — 2010-21



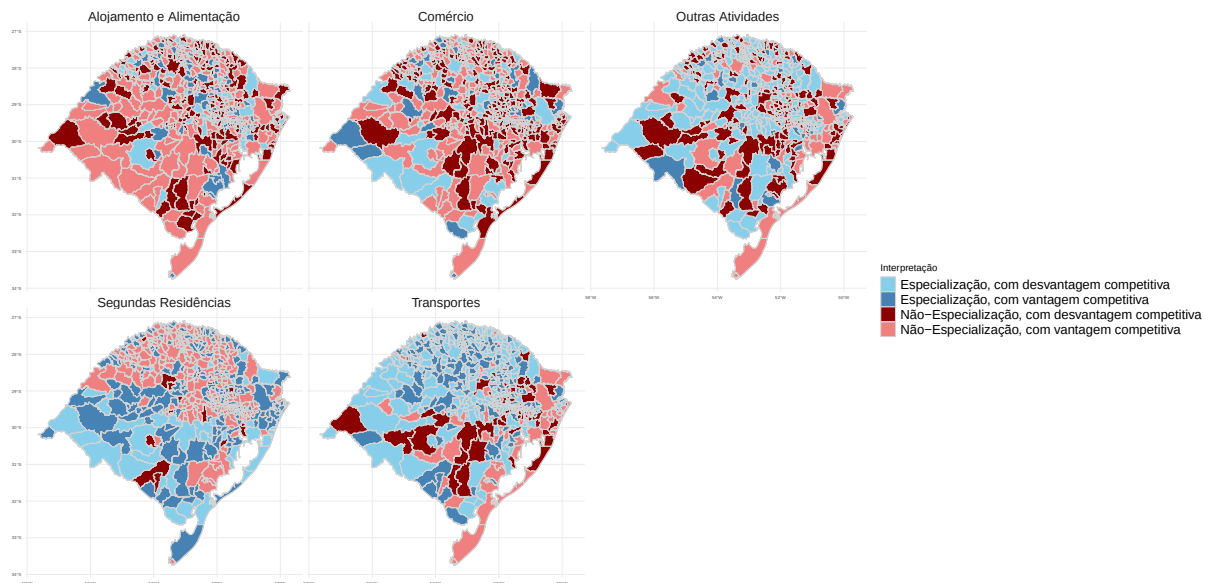
Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS. Elaboração própria.

B.4. Componente Alocativo (AE) das atividades turísticas, por municípios, no Rio Grande do Sul — 2010-21



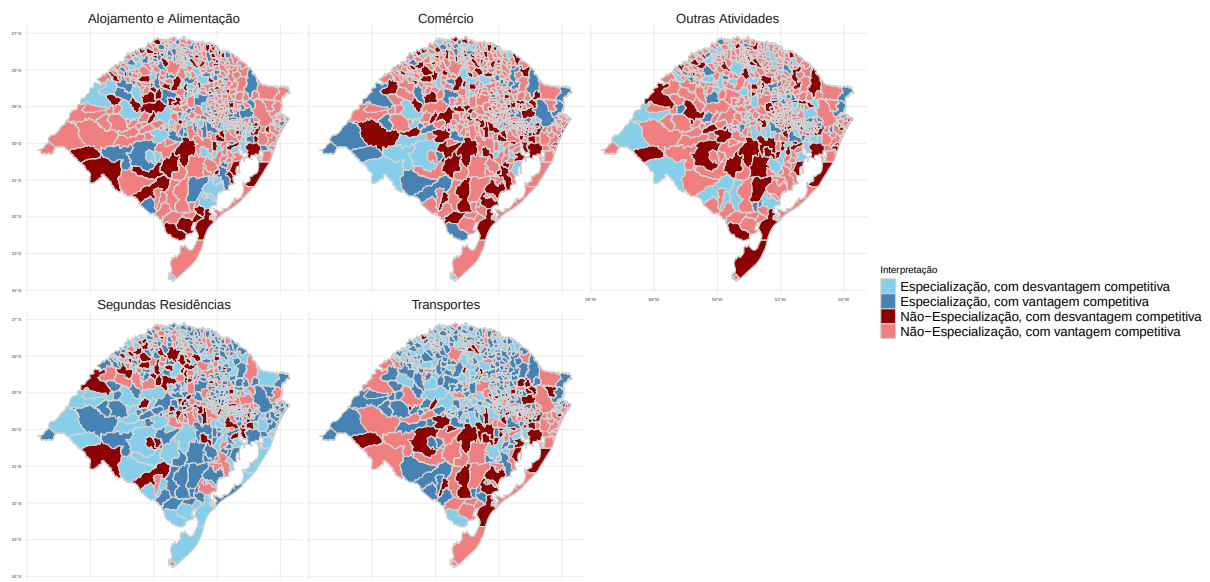
Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS. Elaboração própria.

B.5. Classificação do componente alocativo das atividades turísticas, por municípios, no Rio Grande do Sul — 2010-19



Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS. Elaboração própria.

B.6. Classificação do componente alocativo das atividades turísticas, por municípios, no Rio Grande do Sul — 2019-21



Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS. Elaboração própria.